



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6863

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Guilherme Dias Ramos

Data: 04/12/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 358/2007. Concede o título declaratório de utilidade pública à “Pastoral do Menor da Paróquia São João Batista”. (Referente à Lei nº 3.882, de 17/12/2007).

Controle Interno – Caixa: 25.7 **Posição:** 24 **Número de folhas:** 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade Pública
Cl: 25.7
Ordem: 24
nº fls: 21



355/2007
06-12-2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 358 /2007

AUTOR: Ver. Guilherme Dias Ramos

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Pastoral do Menor da Paróquia São João Batista.

MOVIMENTO

Entrada em - 04/12/2007

Comissão Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - A NOVA FO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 3 - CIA EM. 06.12.2007
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

As
Comissões
04/12/07

PROJETO DE LEI Nº 358 / 2007

CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA

A Câmara Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **PASTORAL DO MENOR DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA**, inscrita no **CNPJ 08.405.958/0001-74**, com sede nesta cidade, na rua Itabaiana, 81 A, no Bairro São João, Cep 39.400-310, Montes Claros – MG.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 03 de Dezembro de 2007.


Guilherme Dias Ramos (Guila)
Vereador



Guila

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 04 DE DEZEMBRO DE 2007

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 06 DE DEZEMBRO DE 2007

PRESIDENTE

Guilherme Dias Ramos (Câmara)
7/12/2007



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 358/2007 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Pastoral do Menor da Paróquia São João Batista”, de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 05 de dezembro de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
SALA DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 358/2007

AUTORA: Guilherme Dias Ramos

MATÉRIA: Concede Título Declaratório de Utilidade Pública.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 04/12/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 05/12/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto, que ora se examina, tem como objetivo considerar de utilidade pública municipal a entidade civil **PASTORAL DO MENOR DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA**.

A Comissão entende que o presente projeto não incide em vício de iniciativa, e não contraria normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Ante ao exposto, essa Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Presidente:

Ver. Ademar de Barros Bicalho- Vice- Presidente:

Ver. Heráclides Gonçalves Filho _ Relator: